

OS PRESSUPOSTOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS TIDOS COMO REFERÊNCIA PARA OS ESTUDOS DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

THE SOCIAL SCIENCES ASSUMPTIONS TAKEN AS A REFERENCE FOR SOCIAL REPRESENTATIONS STUDIES IN THE EDUCATION AREA

Igor Moura Danieleviz e Silva 1
Josiane Peres Gonçalves 2

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGEdu/UFMS). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4170275678713910>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9149-7101>. E-mail: igormourajournal@gmail.com

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora do Programa de Pós-graduação em Educação (mestrado e doutorado) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, (FAED/UFMS). Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Desenvolvimento, Gênero e Educação (GEPDGE). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5333813509098078>, ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7005-849X>. E-mail: josiane.peres@ufms.br

Resumo: As reflexões teóricas apresentadas neste artigo estão ancoradas nas leituras sobre os pressupostos teóricos da teoria das Representações Sociais em articulação com as Ciências Sociais e com a finalidade de auxiliar aqueles e aquelas que desejam iniciar uma pesquisa utilizando essas duas vertentes no campo da Educação. A teoria das Representações Sociais é uma perspectiva epistêmica proposta e caracterizada por Serge Moscovici, em 1978, e pode ser descrita como um conjunto de práticas, crenças, valores e ideias que nos permite significar determinado objeto, acontecimento ou pessoa. Uma crescente articulação dos conceitos, das Ciências Sociais com a teoria das Representações Sociais, vem sendo observada em investigações nos cenários educacionais. O termo durkheimiano de Representações Coletivas, por exemplo, ganhou expressivo realce teórico na teoria das Representações Sociais, sendo possível constatar a convergência notável dessas duas áreas para interpretações fecundas e que evidenciem a relação entre o sujeito e seu contexto social.

Palavras-chave: Serge Moscovici. Representações Sociais. Representações coletivas. Ciências Sociais.

Abstract: The theoretical reflections in this article are anchored in the readings on the Social Representations theoretical assumptions in conjunction with the Social Sciences and with the purpose of assisting those who start a research using these two aspects in the Education area. The theory of Social Representations is an epistemic perspective proposed and characterized by Serge Moscovici, in 1978, and can be carried as a set of practices, beliefs, values and ideas that allow us to signify a certain object, event or person. A growing articulation of concepts, of Social Sciences with Social Representations theory, has been observed in investigations in educational contexts. The Durkheimian term Collective Representations, for instance, gained a significant theoretical emphasis in the Social Representations theory, and it is possible to see a notable convergence of these two areas for fruitful interpretations that show the relationship between the subject and his social context.

Keywords: Serge Moscovici. Social Representations. Collective representations. Social Sciences.

Introdução

As pesquisas da teoria das Representações Sociais, embasadas principalmente no paradigma inaugural de Serge Moscovici, recorrem aos conceitos das Ciências Sociais como parte de sua fundamentação teórica. Observa-se uma crescente articulação dos conceitos, das Ciências Sociais com a teoria das Representações Sociais, em investigações das mais diversas áreas do conhecimento, em especial, a Educação.

A partir da década de 70, esta articulação de conceitos teóricos foi destacada em diversos estudos engajados em desvendar os sentidos que orbitavam os processos de ensino e aprendizagem e contribuiu para a formulação de uma nova perspectiva empírica, com o foco nas ressignificações advindas das estruturas sociais presentes também em cenários educativos.

Nesta direção, o termo durkheimiano de Representações Coletivas ganhou expressivo realce teórico, sendo possível constatar este conceito sociológico em muitas pesquisas, reforçando a convergência notável das Ciências Sociais e da teoria das Representações Sociais que existe até os dias atuais.

A análise contemplada neste artigo versa sobre algumas perspectivas teóricas das Ciências Sociais tidas como referência para os estudos da teoria das Representações Sociais. Tem-se como objetivo, apresentar uma revisão bibliográfica sobre algumas conceituações que podem vir a auxiliar aqueles e aquelas que desejam iniciar uma pesquisa utilizando tais conceitos no campo da Educação.

Não se almeja aqui esgotar o tema, mas trazer algumas reflexões teóricas que contribuam proficuamente e compuseram a revisão bibliográfica para o capítulo teórico de dissertação de Mestrado. O texto segue dividido em duas partes, a primeira, com a apresentação do paradigma teórico das Representações Sociais proposto por Serge Moscovici. Já a segunda parte é composta pelas considerações acerca da articulação da teoria das Representações Sociais com as Ciências Sociais e que serve de base para as investigações no campo da Educação.

O paradigma teórico seminal de Serge Moscovici

A teoria das Representações Sociais é uma perspectiva epistêmica proposta e caracterizada por Serge Moscovici, em 1978, e pode ser descrita como um conjunto de práticas, crenças, valores e ideias que nos permite significar determinado objeto, acontecimento ou pessoa. Seu principal objetivo é explicar os fenômenos humanos, a partir de uma perspectiva coletiva, mas sem perder a individualidade.

Este pensador publicou a segunda edição da sua tese em forma de livro, em 1978, intitulado: "A Representação Social da Psicanálise". Nesta obra, o autor ambicionou redefinir os problemas e os conceitos da Psicologia Social, com base no fenômeno das representações sociais. Para ele, "[...] as representações sociais têm uma função simbólica e um poder de construção do real" (MOSCOVICI, 1978, p. 14), indo de encontro à perspectiva da tradição behaviorista que se limitava a estudar o indivíduo, grupos pequenos e as relações informais.

Moscovici também fez crítica a uma filosofia positiva no campo da Psicologia Social, que só conferia importância às previsões verificáveis por experimentos e aos aspectos diretamente observáveis. Assim, na concepção moscoviciana, uma ciência que estuda "a vida dos signos" no seio da vida social precisaria ampliar seu campo de investigação, de modo a superar as definições, até então, postuladas sob a influência do estruturalismo.

O estudo apresentado em seu livro sobre a representação social da Psicanálise constituiu um importante trabalho no campo da Psicologia Social, por ter como objetivo averiguar em que se convertia uma disciplina científica e técnica, quando passava do domínio dos especialistas para o domínio comum, e como o grande público - a sociedade francesa da época - representava-a, e por quais vias se constituía a imagem que dela se fazia.

As observações preliminares de Moscovici, em relação à representação da Psicanálise, apontaram para a maneira como uma ciência pode impactar na realidade cotidiana de uma comunidade. Em sua visão, uma teoria não poderia ser compreendida somente na esfera de suas influências ou a partir de outras teorias e atividades intelectuais. Em primeiro lugar, o

advento de um novo saber deveria interessar ao “mundo do discurso.” (MOSCOVICI, 1978, p. 17). Existem contextos posicionados, além do círculo estreito dos livros e debates intelectuais, que abrigariam os prolongamentos mais vastos de uma ciência.

Tais prolongamentos são o quê, de fato, promoverá uma mudança de consciência na sociedade. Quando um novo conhecimento é incorporado aos discursos amplamente difundidos em um determinado grupo, novos significados são inculcados, transpostos para o universo das relações e materializam-se nos planos individuais e coletivos. Essa modelação de um saber, na proposta moscoviana, envolve ritos de uma cultura definida.

Basicamente, a propagação de um novo conhecimento transcorrerá em conformidade ao contexto em que está inserido. Nesse sentido, os exemplos trazidos pelo autor são ilustrados pelas práticas pedagógicas. Desde criança, somos ensinados a como nos disciplinarmos por meio da linguagem local, de vocábulos e de expressões advindos de uma esfera mais social, da religião, da economia ou da política. As maneiras distintas pelas quais um tipo de saber específico é compartilhado envolvem etapas previamente pensadas e estabelecidas. Moscovici (1978) enfatiza que:

No que tange à nossa sociedade, a questão dos meios pelos quais se chega a formar uma concepção concreta dos processos materiais, psíquicos, culturais, a fim de compreender, de comunicar ou de agir, é uma decorrência de mudança descrita. Em outras palavras, a gênese do novo senso comum, doravante associado à ciência, inscreve-se entre as suas preocupações teóricas e práticas essenciais. (MOSCOVICI, 1978, p. 21).

Assim, pode-se dizer que a propagação de uma ciência tem um caráter específico. A transferência de um modelo científico para um modelo não científico acarreta mudanças nas proposições iniciais, um deslocamento de sentido e lugar de aplicação. Dentro dessa dinâmica, observa-se a formação de outro tipo de conhecimento adaptado a outras necessidades e em um contexto social preciso (MOSCOVICI, 1978, 2011). Existe uma cadeia de operações pelas quais as descobertas científicas passam, ao serem socializadas, até se tornarem conhecimentos de senso comum, ou seja, uma representação social.

Os conceitos fundantes de Moscovici apontam para um novo paradigma, em relação à difusão de um conhecimento, demonstrando que o ciclo da ciência é um evento cultural, porque ultrapassa os debates acadêmicos e afeta a sociedade, em seu todo. Quando um conhecimento passa a ser representado socialmente por um determinado grupo ou mediante um grupo, ele é ressignificado e essa ressignificação engendra as condições de realização e renovação desse conhecimento.

A construção de uma representação está associada ao contexto e ao grupo em que ela se desenvolve, principalmente. Por sua vez, um conhecimento científico torna-se não científico, portanto, familiar aos sujeitos sociais, quando ele é reelaborado pelo grupo, segundo a sua própria conveniência e de acordo com os seus meios e materiais disponíveis.

Morera et al. (2015) pontuam que, na formulação da Teoria das Representações Sociais (TRS), não existe diferenciação entre os universos (o exterior e o interior) do indivíduo ou do grupo. O sujeito e o objeto são indissociáveis, pois formam um conjunto. Sobre as características das representações, observam que são aquilo que tem significado para uma pessoa. Portanto, a representação sobre um fenômeno está diretamente relacionada com esse vínculo (do fenômeno/objeto com o sujeito) constituído pela lógica de um determinado grupo ou meio social.

Para efeito de esclarecimento sobre essa dinâmica, Moscovici (1978) pontua que uma representação é a organização de imagens e linguagem, porque realça atos e situações que são ou que se tornam comuns dentro do nexos social. Encarada dessa maneira, ela compreende processos simbólicos que refletirão na consciência individual e coletiva. Ela é uma “modalidade de conhecimento particular” (MOSCOVICI, 1978, p. 26), que tem por função a elaboração de

condutas de comportamentos e a comunicação entre os sujeitos.

O mapa das relações e dos interesses sociais é legível, a cada instante, através das imagens, informações e linguagens. Representar não consiste somente em selecionar, completar um ser objetivamente determinado com um suplemento de alma subjetiva. É de fato, ir mais além, edificar uma doutrina que facilite a tarefa de decifrar, prever ou antecipar os seus atos. (MOSCOVICI, 1978, p. 27).

É por transitar no campo das relações sociais que o conceito de representação social apresenta um caráter híbrido eminentemente psicossociológico (MESQUITA; ALMEIDA, 2009; MARKOVÁ, 2007), ao confluir noções de ordem sociológica, como a cultura e as noções de procedência psicológica, tais como: a imagem e o pensamento.

Assim, “[...] na sociedade, as representações sociais acontecem de forma dinâmica, no movimento de interação entre sujeitos, na cultura onde estão inseridos.” (MESQUITA; ALMEIDA, 2009, p. 39). As proposições firmadas por Moscovici (2011) trazem à luz a ideia de que as representações sociais constituem as realidades da vida cotidiana de um grupo social e, por seu intermédio, estabelecem-se as associações que possibilitam formas de interações diversas.

Essas interações desenvolvem-se mediante a comunicação e a linguagem. De acordo com Marková (2017, p. 363), as representações “[...] são formadas, mantidas e mudadas na e por meio da linguagem e da comunicação e, da mesma forma, o uso de palavras e atributos ligados aos sentidos transforma as representações sociais”. Essa disposição, nos termos da autora, ilustra como as interações heterogêneas entre os grupos e seus contextos específicos produzem uma variedade de estilos de pensamento e comunicação, sendo alguns baseados em consenso e outros em dissenso e contradição.

Essa variedade de estilos de pensamento deve-se ao fato de existirem universos distintos em uma sociedade, atuando simultaneamente para moldar a nossa realidade. Sá (1993, p. 28) explica que os universos reificados podem ser entendidos como aqueles em que “[...] se produzem e circulam as ciências e o pensamento erudito em geral, com sua objetividade, seu rigor lógico e metodológico sua teorização abstrata [...] e sua estratificação hierárquica”. Já aos universos consensuais:

[...] correspondem às atividades intelectuais da interação social cotidiana pelas quais são produzidas as Representações Sociais. As “teorias” do senso comum que são aí elaboradas não conhecem limites especializados, obedecem a uma outra lógica [...] e se mostram menos sensíveis aos requisitos de objetividade. (SÁ, 1993, p. 29).

A coexistência simultânea dessas modalidades de pensamento cunhou os termos objetivação e ancoragem de Moscovici (1978), por meio deles, explicando como as ideias se convertiam em objetos do senso comum.

O processo de objetivação, conforme os princípios moscovicianos, é a reabsorção de significações, materializando-as para o nível de observação, com a inferência de um símbolo, signos linguísticos ou imagens, por exemplo. Moscovici (1978; 2011) descreve que essa “coisificação coletiva” reforça a ideia de que a cultura, por meio desse universo material, pode ser tratada como uma fonte comportamental ou uma representação social. A objetivação ocorre pelas combinações de elementos simbólicos que se materializam porque deixam de ser um conceito e se tornam algo concreto, como a figura de um objeto.

Já a ancoragem, nas concepções do autor, funda-se na maneira como esses novos objetos são relacionados aos conteúdos representacionais pré-existentes. Esse enquadramento ocorre pela aproximação desses objetos às categorias mais familiares. Basicamente, consiste em incorporar esses objetos, conferindo um processo de classificação e nomeação substancial-

mente simbólica.

Portanto, as representações sociais podem ser compreendidas como formas de conhecimento produzidas e sustentadas por grupos sociais específicos, em um determinado momento histórico. Elas apresentam um caráter simbólico e social, a partir dos quais é possível identificar o significado da representação, seus deslocamentos e os processos sociais que a subjazem. Como assevera Spink (1995):

[...] as representações sociais, enquanto formas de conhecimento, são estruturas cognitivo-afetivas e, desta monta, não podem ser reduzidas apenas ao seu conteúdo cognitivo. Precisam ser entendidas, assim, a partir do contexto que as engendram e a partir de sua funcionalidade nas interações sociais do cotidiano. (SPINK, 1995, p. 118).

Jodelet (2001, p. 21) apresenta uma primeira caracterização da representação social, ao afirmar que: “[...] é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. Este saber é diferenciado do conhecimento científico e possibilita entender os processos cognitivos e as interações sociais. As representações sociais operam como sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros.

A respeito da transparência e da natureza ampla da teoria, o próprio Moscovici (2013, p. 206) esclareceu o seguinte: “Seja como for, a aspiração da teoria das representações sociais é clara, pelo fato de assumir como seu centro a comunicação e as representações. A teoria espera elucidar os elos que unem a psicologia humana com as questões culturais contemporâneas”.

Reforçando a ideia do autor supracitado, Jodelet (2001), ao elucidar que no plano epistemológico a TRS se apresentava como resolução aos estudos humanos centrados em processos intraindividuais, explanou a seguinte ideia: “Ela restitui ao pensamento e aos processos psíquicos seu caráter dialógico. Considerando os contextos em que se inscrevem a prática e a ação, ela reintroduz, na análise dos fenômenos representativos, a ordem da cultura e a da história.” (JODELET, 2001. p. 21).

Quanto à dimensão funcional da teoria, como produto social e aporte para compreender a realidade, o francês Abric (1998), que estuda a representação no mundo do trabalho, revelou que:

A representação funciona como um sistema de interação da realidade que rege as relações dos indivíduos com seu meio físico e social, ela vai determinar seus pensamentos e suas práticas. A representação é uma guia para a ação, ela orienta as ações e as relações sociais. Ela é um sistema de pré-decodificação da realidade por que ela determina um conjunto de antecipações e expectativas. (ABRIC, 1998, p. 28).

A análise de Sá (1998) demonstrou que a busca por tratar o indivíduo e a tentativa de abarcar sua complexibilidade, talvez, retratasse algum dos pontos que expliquem a visão holística das representações e, por conseguinte, desse campo de pesquisa que abrangeu estudos de diversas amostragens temáticas.

Ao analisar a noção de representação social com enfoque na Educação, partindo de um questionamento, esclareceu que tais formulações configuram um paradigma seminal de Moscovici e Jodelet sobre as Representações Sociais, com desdobramentos científicos fecundos, inclusive no Brasil. Sá (1998, p. 15) observa que “[...] o campo de estudo das representações sociais se encontra em franca expansão no Brasil”, não apenas no âmbito da Psicologia Social, mas também nos de disciplinas aplicadas, como Educação, Enfermagem, Serviço Social e tantas outras.

Ainda, nos termos deste autor, os fenômenos de representação social estão espalhados na cultura, nas instituições, nas práticas sociais, nas comunicações interpessoais e de massa, e nos pensamentos individuais. Por natureza, sendo difusos, fugidios, multifacetados, em

constante movimento e presentes em inúmeras instâncias da interação social, inclusive em cenários educacionais.

Em acordo com as posições teóricas supracitadas, parece pertinente apresentar, à guisa de ilustração, como ao longo da história as construções teóricas das Ciências Sociais, em especial da Sociologia, passaram a ter um importante papel na área educacional. Servindo de base para a ampliação dos debates em pesquisas da Psicologia, sobretudo, da teoria das Representações Sociais, em contextos de ensino e aprendizagem.

A teoria das Representações Sociais e articulações com a Ciências Sociais na área da Educação

É a partir do final da década de 1970 e em toda a década de 1980, de acordo com Sousa (2002), que algumas construções teóricas permitiram compreender os processos que ocorriam no interior das instituições de ensino e evidenciavam, por exemplo, como a ação pedagógica poderia produzir desigualdades sociais.

Entender os sentidos das ações pedagógicas, como essas se estruturam a depender da condição histórica e de onde estão sendo reproduzidas são intentos de Bourdieu e Passaron (1992), no livro “A Reprodução”. Na visão dos autores, a escola seria um ambiente carregado de parcialidade, porque reproduz um discurso dominante e tendencioso. Desenvolve-se no ambiente escolar a ação pedagógica, tida como um artifício da imposição. Ela produz a violência simbólica, porque é por meio da ação pedagógica que se reproduz a estrutura das relações de poder. Em termos gerais, consiste na imposição de significações como legítimas, sem apresentar as relações de força que estão na base de sua constituição.

Na perspectiva bourdieusiana, o espaço educativo é dotado de uma carga discursiva, que viabiliza a introjeção de capital simbólico em seus agentes partícipes. A construção desse sistema simbólico, de significados, não se dá de maneira espontânea, pois depende da cultura à qual está inserido, assim como a cultura “[...] deve sua existência às condições sociais de qual ela é produto.” (BOURDIEU; PASSARON, 1992, p. 23). Deste modo, a partir da comunicação pedagógica, do discurso que é construído com os conceitos do espaço educacional, é que a escola vai prolongar os determinismos sociais ditados pela classe de origem, os determinismos de gênero e a desigualdade social entre os homens.

Para Durkheim (2011), o sistema educativo pode ser compreendido como parte de:

[...] um conjunto de práticas e instituições que se organizam lentamente ao longo do tempo, que são solidárias com todas as outras instituições, exprimindo-as, e que, por conseguinte, bem como a própria estrutura da sociedade, não podem ser modificadas à vontade. Parece que estamos diante de um puro sistema de conceitos, que a este último, implica apenas a lógica. (DURKHEIM, 2011, p. 47).

O modelo de interpretação dos fenômenos sociais do sociólogo francês estaria em contraposição ao conhecimento filosófico de sociedade, ou seja, Durkheim (2007) desejava inaugurar o conhecimento sociológico, contrapondo-se a um mecanismo da Filosofia: o método dedutivo. Na perspectiva dedutiva, o conhecimento é construído a partir de uma necessidade de explicação dos fenômenos das sociedades, porém sem se aproximar propriamente desses fenômenos.

Na esteira das argumentações do autor, os fenômenos sociais, são fatos exteriores aos indivíduos e determinam uma realidade objetiva. Esses fatos vão se construindo, obedecendo às regras específicas que norteiam as vidas dos indivíduos em sociedade. Quanto mais essas regras estão no cerne das práticas sociais, mais tais práticas ficam conservadoras junto aos interesses da família, da religião e de outras instituições, cada vez mais, conduzindo-se por um poder coercitivo. Quanto mais os indivíduos são submetidos às regras, mais próximas ficam as consciências individuais que, quase sempre, passam a ser conduzidas pela consciência do grupo (a consciência coletiva).

Diante dessa dinâmica social, a escola e a Educação fazem parte do processo socializador, obedecendo às regras específicas de uma coletividade, pois cada sociedade elabora um ideal de homem, daquilo que ele deve ser, tanto do ponto de vista intelectual como físico e moral. Em certa medida, este ideal é o mesmo para todos os cidadãos e pode se diferenciar, de acordo com os meios singulares que toda sociedade compreende em seu seio (DURKHEIM, 2011).

Tomando em conjunto essas conceituações sobre a relevância do social na determinação de práticas educativas, as pesquisas na área da Educação, ao final da década de 1980 e início da década 1990, passaram a exigir construções teóricas que unissem pontos de vista do ator individual e do ator social, em perspectivas micro e macro. Souza (2002) salienta que é nesse contexto que a teoria das Representações Sociais da Psicologia Social surge como uma das possibilidades teóricas para compreender um sujeito sócio-historicamente situado e, ao mesmo tempo, fornecendo condições para a análise das dinâmicas subjetivas. Portanto, a teoria das Representações Sociais estaria “[...] na interface da sociologia e da psicologia, respondendo pelo sujeito e seu contexto, evidenciando que existe uma indissociabilidade entre eles” (SOUZA, 2002, p. 286).

Para Gatti (2010), ao aproximar dois campos de conhecimento, a tarefa da Psicologia e da Educação, que vem a ser denominado de Psicologia da Educação, consiste em uma tentativa de construção de uma perspectiva que permita integrar, sob certas condições, o social e o pessoal, sem dissolvê-los entre si e vinculando as subjetividades ao contexto sociocultural em que se desenvolvem.

No tocante a essa vinculação, os estudos das Representações Sociais germinaram com o propósito de centralizar, como objeto de pesquisa, a relação indivíduo e sociedade - considerando que a mesma reflete sobre como as pessoas, grupos, sujeitos sociais constroem seu conhecimento, quando inscritos em determinada sociedade ou cultura. Por certo, é necessário direcionar a leitura para outros aspectos da teoria junto ao conceito durkheimiano de Representações Coletivas.

O conceito durkheimiano de Representações Coletivas aparece em estudos sobre as Representações Sociais, a fim de demonstrar que o termo já era investigado dentro da Sociologia clássica e serviu de base para Moscovici pensar e apresentar seu paradigma teórico de perspectiva psicossocial.

Ao divulgar este conceito, Durkheim estava determinado em situar os aspectos fundantes e observáveis da Sociologia como uma ciência com leis próprias e que deveria seguir práticas específicas, assim como em outro campo do saber. Sua preocupação principal, a partir das suas obras, sempre foi “[...] compreender a essência da moralidade, o papel que ela desempenha nas sociedades, a maneira pela qual nestas se forma e se desenvolve, traduzindo suas aspirações” (BOUGLÉ, 1970, p. 08), de modo a fornecer diretrizes à ação social.

Nesse sentido, compreender o papel e o valor de uma regra ou uma disciplina moral seria um novo jeito de conceber as relações da consciência e de entender as relações sociais. Seu modelo explicativo dirigiu a atenção, não somente para as formas materiais, mas também aos estados psíquicos, às crenças coletivas, consideradas como nó vital de qualquer sociedade.

No desenvolvimento de suas pesquisas, ficou evidente a tentativa de identificar as aproximações entre as leis sociológicas e psicológicas, já que, para ele, tanto a vida coletiva como a vida mental do indivíduo, são compostas por representações individuais e sociais que podem ser observadas e comparadas. Durkheim foi o autor que primeiro trabalhou explicitamente o conceito de Representações Sociais, usado no mesmo sentido de Representações Coletivas (MOSCOVICI, 2003; MINAYO, 1995). O termo estaria relacionado às categorias de pensamento, por meio das quais determinados grupos sociais elaboram e expressam a sua realidade.

Sua concepção estabeleceu uma visão contrária aos modelos defendidos pelos pesquisadores da escola psicofisiológica, que reduziam as representações aos seus substratos anatómicos ou psicofísicos. Assim, na visão do autor, “[...] um agente dotado de consciência não se conduz como um ser cuja atividade se reduzisse a um sistema de reflexos: ele hesita, tateia, delibera e é com essa particularidade que ele se identifica.” (DURKHEIM, 1970, p. 17).

As representações não poderiam ser confundidas como fenômenos orgânicos, pois na

sociologia durkheimiana, as mesmas são os fatos sociais, consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir exteriores aos indivíduos, ou seja, estão presentes em um substrato social. As representações, destarte, não são dadas *a priori* e nem são universais, visto que são um grupo de fenômenos reais, com propriedades e comportamentos específicos.

Esse exercício e diálogo com a Psicologia contribuiu para ampliar o debate para além das generalidades sobre a natureza das sociedades e das relações do reino social e do reino biológico. Durkheim (2011, p. 34) defendia a elaboração de um método de investigação sociológico, mais adaptado à “natureza particular dos fenômenos sociais”. Sua argumentação era de que esses fenômenos, os fatos sociais, poderiam ser observáveis em diversos contextos e grupos, e que apresentavam características expressivas de existirem fora das consciências individuais, permitindo fazer críticas aos partidários da teoria psicofisiológica, que explicavam as representações como associações derivadas das propriedades e disposições do sistema nervoso.

Os “estados de consciência” (DURKHEIM, 1970, p. 21) seriam originados pelos hábitos contraídos, os preconceitos, as tendências mobilizadoras dos sujeitos e como estas eram percebidas no bojo das relações sociais, configurando tudo aquilo que constitui a característica moral para um determinado grupo. Desta maneira, nos termos de Durkheim, qualquer representação produzida afetaria, além dos órgãos, o próprio espírito, isto é, as representações presentes e passadas que o constituem, já que as representações passadas subsistem mesmo com o aparecimento de outras. O autor assim reflete:

Ora, quando dissemos alhures que os fatos sociais são, em um certo sentido, independentes dos indivíduos e exteriores em relação às consciências individuais, apenas afirmamos no que tange ao reino social aquilo que acabamos de estabelecer a propósito do reino psíquico. A sociedade tem por substrato o conjunto de indivíduos associados. O sistema que formam pela união e que varia de acordo com sua disposição sobre a superfície do território, com a natureza e o número das vias de comunicação; constitui a base sobre a qual se constrói a vida social. As representações que são a trama dessa vida originam-se das relações que se estabelecem entre os indivíduos assim combinados ou entre os grupos secundários que se intercalam entre o indivíduo e a sociedade total. (DURKHEIM, 1970, p. 38).

Logo, os fenômenos sociais são impostos aos indivíduos, por meio das manifestações mais características e obrigatórias da vida coletiva, como as crenças e práticas religiosas, as regras da moral. Durkheim (1996) postulava que essa obrigatoriedade era a prova de que as maneiras de agir e de pensar não são obra do indivíduo, mas emanam de uma potência moral que o ultrapassa, podendo ser imaginada, inclusive misticamente, como escrito em sua obra: “As formas elementares da vida religiosa”, sob a forma de um deus.

Duveen (2011) assevera que o propósito do pensador francês de estabelecer a Sociologia como uma ciência autônoma, o levou a defender uma separação radical entre representações individuais e representações coletivas, e a sugerir que as primeiras deveriam ser do campo da Psicologia e as últimas objeto de investigação sociológica. Além de estabelecer um caráter *sui generis* das representações coletivas, as interpretava como um dos elementos que pudesse integrar a sociedade e mantê-la coesa como um todo.

Dentro desta perspectiva, as representações coletivas assumem uma significância sociológica, pois ajudam a manter e a conservar o todo social. Seriam como formas estáveis de compreensão coletiva, com o poder de integrar a sociedade na sua totalidade, em um sistema mais homogêneo. Ainda, sobre as representações coletivas, Minayo (1995) pontua que, na concepção durkheimiana, elas conservam sempre a marca da realidade social onde nascem. Ao mesmo tempo, possuem vida independente, reproduzem-se e misturam-se, tendo como causas outras representações.

Moscovici (2003) destaca que Durkheim busca se desfazer do domínio da psicologia introspectiva e distinguir uma classe particular de representações: as representações coletivas, que fundam uma outra Psicologia, a Psicologia Coletiva (Social). Se, em um primeiro momento, as representações coletivas são uma função direta da estrutura social, em um segundo momento, adquirem o poder de gerar outras representações. Sendo dever, sobretudo, da Psicologia Social, descrever e analisar este processo generativo, sendo igualmente importante considerar, tanto os comportamentos individuais quanto os fatos sociais (as instituições e práticas, por exemplo), em sua concretude e singularidade histórica. Outrossim, Sá (1993) ressalta que:

Importam ainda os conteúdos dos fenômenos psicossociais, pouco enfatizados pelos psicólogos sociais tradicionais em sua busca de processos tão básicos e universais que pudessem abrigar quaisquer conteúdos específicos. Além disso, não importa apenas a influência, unidirecional, dos contextos sociais sobre os comportamentos, estados e processos individuais, mas também a participação destes na construção das próprias realidades sociais. (SÁ, 1993, p. 20).

Ainda, na visão moscoviciana, é possível sintetizar que, no sentido clássico, as representações coletivas têm caráter mais fixo, constituindo-se em um instrumento explanatório e se referindo a uma classe geral de ideias e crenças (ciência, mito, religião, etc.). Na perspectiva psicossocial, são fenômenos específicos que estão relacionados como um modo particular de compreender e de se comunicar, um modo que cria, tanto a realidade como o senso comum.

Alves-Mazzotti (2008) determina que a TRS pode ser um empreendimento teórico consistente para ampliar os enfoques de pesquisas em contextos educacionais, contribuindo para o aparecimento de interpretações fecundas e que evidenciem a relação entre o sujeito e seu contexto.

Na visão da autora, existem formas de conceber e de abordar as representações sociais, relacionando-as ou não ao imaginário social. Porém, é mediante as interações sociais que é possível perceber universos consensuais, “[...] no âmbito dos quais novas representações vão sendo produzidas e comunicadas” (ALVES-MAZZOTTI, 2008, p. 21) até se tornarem conjeturas do senso comum.

O paradigma teórico de Moscovici (1978) fundamenta-se nos constructos discursivos, no interior desses universos, que orientam a maneira como um fenômeno social é comunicado e as condutas de pertencimento a um determinado grupo onde um tipo de saber é difundido. A área educacional, assim sendo, aparece com um campo privilegiado para verificar como as representações se constroem e se modificam no interior de grupos sociais específicos, a fim de ilustrar o papel dessas construções consensuais nas relações desses grupos, com o objeto de sua representação.

Como as representações são fenômenos complexos e ativados pelo meio social, o contexto em que se desenvolvem estabelecem as definições partilhadas pelas pessoas, construindo a visão consensual da realidade para um determinado grupo. Esses sistemas de relações regem as interações com o mundo e com outras pessoas, organizando condutas e comunicações.

Considerações Finais

A partir da pesquisa realizada, evidencia-se que o paradigma das representações sociais amplia o olhar sobre as inúmeras interpretações de fenômenos presentes na sociedade e, em cenários educativos, abarca os arranjos de significações sociais no processo de ensino e aprendizagem. Portanto, segue sendo uma contribuição teórica para entender o papel de conjuntos organizados no processo educativo, aprovisionando assim possibilidades de análises consideravelmente promissoras.

A articulação da teoria das Representações Sociais com as Ciências Sociais se faz necessária em estudos desenvolvidos por pesquisadores e pesquisadoras, que se utilizam do referencial psicossocial vinculado a outras abordagens teóricas. Tal articulação serve de guia para

uma análise que combina o entendimento dos processos de construção da subjetividade e as circunstâncias de transformação da realidade social.

Abordar os pressupostos que levam à junção teórica destas duas vertentes, conforme o exposto neste texto, pode ser considerada uma revisão importante para estudantes que desejam começar suas pesquisas por meio de uma abordagem multirreferenciada no campo da Educação.

Ao longo deste artigo, foram destacadas abordagens que contribuíram de forma efetiva para a noção que temos hoje da teoria das Representações Sociais, privilegiando os fundamentos propostos por Serge Moscovici e Denise Jodelet. Em suma, o intento de entrecruzar as diversas interpretações teóricas revela uma, dentre as inúmeras, formas possíveis de lidar com as representações em cenários educacionais.

Referências

ABRIC, J. A abordagem estrutural das representações Sociais. In: MOREIRA, Antonia Silva Paredes; OLIVEIRA, Denize Cristina (Orgs.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia, GO: AB, 1998, p. 27-38.

ALVES-MAZZOTTI, A. Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação. **Revista Múltiplas Leituras**, Brasília, v. 1, p. 18-43, jan./jun. 2008.

BOUGLÉ, C. Prefácio. In: DURKHEIM, Émile. **Sociologia e Filosofia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1970.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **A reprodução**, elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução Reynaldo Bairão. 3. ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

DURKHEIM, E. **Sociologia e Filosofia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1970.

DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. Tradução Paulo Neves. 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2011.

DUVEEN, G. Introdução - o poder das ideias. In: MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 7-28.

GATTI, B. Psicologia da educação: conceitos, sentidos e contribuições. **Psicol. educ.**, São Paulo, n. 31, p. 7-22, ago. 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752010000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 23 maio 2019.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MARKOVÁ, I. A fabricação da teoria de representações sociais. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 47, n. 163, p. 358-375, mar. 2017. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742017000100358&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05 jan. 2020.

MARKOVÁ, I. Social Identities and Social Representations: how are they related? In: MOLONEY, Gail; WALKER, Ian. (Eds). **Social Representations and Identity**: content, process and power. London, Palgrave Macmillan, 2007, p. 215-236.

MESQUITA, C.; ALMEIDA, B. Representações sociais: mapeamento cultural. In: SILVA, Neide de M. A (Org.). **Representações sociais em Educação**: determinantes teóricos e pesquisas. Blumenau: Edifurb, 2009, p. 35-64.

MINAYO, M. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: JOVCHELOVITCH, Sandra.; GUARESCHI, Pedrinho A. (Org.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MORERA, J. *et al.* Aspectos teóricos e metodológicos das representações sociais. **Texto contexto - Enferm.**, Florianópolis, v. 24, n. 4, p. 1157-1165, dez. 2015.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, S. Por que estudar representações sociais em Psicologia? **Estudos: Vida e Saúde** - Revista da Universidade Católica de Goiás, Goiânia, v. 30, n. 1, p. 11-30, jan. 2003.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

SÁ, C. Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: MARY, J. S. (Org.). **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SÁ, C. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SPINK, M. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: JOVCHELOVITCH, Sandra.; GUARESCHI, Pedrinho A. (Org.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SOUSA, C. Estudos de representações sociais em educação. **Psicologia da Educação**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, n. 14/15, p. 285-323, 2002.

Recebido em 07 de janeiro de 2021.

Aceito em 19 de abril de 2021.